

Assemb. Const. - GERAL

JORNAL DA TARDE

O ESTADO DE S. PAULO — Segunda-feira, 14-7-86

POLÍTICA



# “Ou os homens estão a serviço do Estado todo-poderoso ou o Estado passa a funcionar a serviço dos homens livres”

Saulo Ramos, consultor da geral República, membro da Comissão Afonso Arinos.

O Consultor geral da República queria uma proposta privatista de Constituinte. Mas a comissão Afonso Arinos tem votado contra ele. Reportagem de Hélio Contreiras.

Precisamos, sem hipocrisia, fazer uma opção: ou os homens estão a serviço do Estado todo-poderoso ou o Estado passa a funcionar a serviço dos homens livres, disse o consultor-geral da República, Saulo Ramos, depois que a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, da qual faz parte, abriu mão, mais uma vez, de uma proposta privatista e optou por outra que dá mais poder ao Executivo.

A Comissão manteve o caráter de serviço público das emissoras de rádio e televisão e rejeitou o modelo de comunicações baseado na livre iniciativa. Mas o consultor-geral, que defendeu a tese de que as frequências de rádio e televisão devem ser reguladas como de “serviço privado de utilidade pública”, reconheceu que houve um progresso na sessão deste fim de semana da comissão: de acordo com sugestão feita por ele, será levada uma proposta à Constituinte para que a cassação de concessões de canais de rádio e televisão seja feita somente por decisão judicial, e não mais pelo Executivo.

O jurista disse que o Brasil ainda adota o modelo de concessão adotado na Itália na época do fascismo. E lembrou o que acontecia no século passado, “quando a publicação de livros era estatal em todos os países, e as publicações privadas, geralmente feitas na Holanda, eram clandestinas”.

### “Ridículo”

Saulo Ramos disse ainda que se a Comissão de Estudos Constitucionais tivesse se reunido no século passado, iria decidir provavelmente que a publicação de livros e jornais dependeria do Estado:

“Se isso nos parece ridículo hoje, no século 21 será ridículo saber que em 1986 considerou-se como estatal o serviço de rádio e televisão na formação da opinião pública e na defesa da liberdade”.

Apenas dois outros conselheiros apoiaram o modelo baseado na livre iniciativa para o setor de comunicações eletrônicas: Cândido Mendes de Almeida e José Meira. Outros 17 votaram a favor do modelo que assegura mais poder ao Estado nas transmissões de rádio e televisão.

Vários destes 17 conselheiros já haviam apoiado propostas estatizantes para a ordem econômica e ordem social, que levaram o próprio presidente da comissão, Afonso Arinos, a classificar de “socializante” o modelo de anteprojeto a ser encaminhado ao presidente Sarney e à Constituinte.

Neste último esforço concentrado no distrito fluminense de Itaipava, a comissão aprovou proposta que vai retirar dos militares magistrados e parlamentares o direito de desconto do Imposto de Renda de apenas uma parte da remuneração, proibindo, se for adotada pela Constituinte, que a União, Estados e Municípios criem tributo que “implique distinção ou preferência em relação a qualquer categoria ou atividade profissional”.

### Fim do Vestibular

Com amplo consenso, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais aprovou proposta para a extinção do vestibular como instrumento de acesso ao ensino superior. O reitor da Universidade de Brasília (UnB), Cristóvam Buarque, defendeu a tese de que as universidades deveriam ter ampla liberdade para a adoção dos critérios de acesso que melhor lhes conviesse, de acordo com a autonomia universitária.

A proposta aprovada, que fará parte do anteprojeto, diz que “é abolido o atual sistema de concurso de vestibular. A lei fixará critérios mínimos para acesso ao ensino superior e respeitará a autonomia das universidades para estabelecer suas próprias normas de admissão”. E completa: “Enquanto não for regulado pela lei competente, o regime de admissão será disciplinado pelas universidades no que lhes diga respeito, pelo Ministério da Educação no que se refira aos demais estabelecimentos de ensino superior”.

Durante sua reunião do fim de semana, a Comissão de Estudos Constitucionais aprovou ainda proposta que, na íntegra, é esta: “É assegurada a inviolabilidade de docência e declarada nula a dispensa que se faça apenas pela di-

vergência de opiniões, independentemente de tempo de serviço”.

### Microempresas

O advogado Ferro Costa destacou a proposta aprovada para que as microempresas tenham um tratamento tributário especial, “de acordo com sua capacidade contributiva”. Ele deu ênfase, durante os debates, à contribuição dos microempresários para a oferta de empregos.

Ferro Costa destacou ainda a proposta para a criação do “imposto sobre bens suntuários, exceto os de natureza cultural e artística”. Os objetos de ouro, por exemplo, deverão ser tributados.

No fim de semana, a comissão aprovou também a proposta para que a doação de órgãos humanos — coração e rins, entre outros — seja feita sempre que não houver documento contrário do morto ou oposição da família.

A Constituinte vai ou não aceitar as propostas da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, presidida pelo professor Afonso Arinos? A pesquisa feita pelo Jornal da Tarde e O Estado mostra que vários conselheiros da comissão acreditam que muitas decisões não serão endossadas pelos Constituintes.

## Será que vai valer tamanho esforço?

Até mesmo uma eventual mudança do sistema de governo, do presidencialismo para o parlamentarismo dualista, que tem a preferência do presidente da Comissão e que foi aprovada em reunião preliminar, não tem muita perspectiva de ser confirmada pela Constituinte, segundo o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Cristóvam Buarque. Em uma das sessões que a comissão vai realizar durante seu terceiro período de esforço concentra-

do, a ser iniciado dia 4 próximo, o parlamentarismo será mais uma vez colocado em debate. Mas o reitor da UnB não é o único que confessa seu ceticismo quanto à aprovação do parlamentarismo pela Constituinte. Outro conselheiro, Saulo Ramos, também não faz muita fé na aceitação desta proposta.

Já o cientista político Hélio Jaguaribe mostra-se não só otimista mas até entusiasmado quando analisa as possibilidades de a constituinte confirmar propostas da comissão, mas admite que “poderão ser numerosos os casos de opções diferentes”.

“De qualquer maneira, a Constituinte vai beneficiar-se dos estudos feitos. De modo que ninguém está perdendo tempo. Estamos discutindo as questões constitucionais com seriedade e com grande investimento de tempo, trabalhando gratuitamente, para criar um conjunto de estudos e um balizamento de terreno que serão extremamente úteis para a Constituinte”, declara Jaguaribe.

### Dispersão

Para Jaguaribe “os constituintes de 87 corresponderão ao momento histórico”, apesar de fazer uma ressalva:

“A Constituinte vai ser eleita em um regime eleitoral, em um sistema partidário e em várias outras condições extremamente distantes do ideal. O Brasil está vivendo um momento de grande dispersão partidária, desarticulação, desconexão, e isso terá um efeito negativo na Constituinte. Mas na hora em que os constituintes se defrontarem com a gravidade de nossa situação, com o desafio histórico que isso representa, não tenho dúvida de que a reação deles será muito boa”.

Na opinião de Jaguaribe, inevitavelmente a Constituição de 87 será social-democrata, “com a preservação da iniciativa privada, sob controle e dentro de condições que permitam viabilizar as demandas gerais da sociedade”.

Já o professor José Afonso da Silva, da Universidade de São Paulo, acredita que a sociedade brasileira vai eleger, em novembro, cons-

tituintes “que correspondam a teses ou a princípios e direitos que ela reivindica, pelos quais ela clama”.

José Afonso da Silva reconhece que a comissão não definiu de modo específico o que significa “função social”, à qual estará subordinado o princípio da propriedade, caso a proposta nesse sentido aprovada pela Comissão de Estudos Constitucionais seja endossada pela Constituinte.

Ele confirma que a comissão aprovou proposta que — se aceita pelos constituintes — vai permitir a desapropriação de empresas rurais. “O problema é diferente das normas para reforma agrária, porque envolve pagamento em dinheiro e justo, e foge, então, desta conotação que se tem dado de que seria um absurdo uma desapropriação nestes termos”, afirma o conselheiro da Comissão de Estudos Constitucionais.

“O que foi proposto foi a possibilidade da desapropriação de empresas rurais, sem indagar se são produtivas ou não. De um modo geral até podem ser, e estas estariam no resguardo do princípio da reforma agrária, que visa a desapropriação de área improdutiva”, explica o professor.

### Equilíbrio

O professor Hélio Santos, da Universidade Católica de Campinas, confessa seu pessimismo e admite que “muitas propostas avançadas” da comissão presidida por Afonso Arinos “não deverão ser bem recebidas pela Constituinte”.

“O que se procura é um equilíbrio entre capital e trabalho, mas não sei se isso vai ser alcançado. Não sei se o princípio do salário justo e real será bem aceito. Não acredito que muitos constituintes de 87 venham a ter este tipo de preocupação. Creio, entretanto, que os constituintes vão consagrar a proposta para a criminalização dos que praticarem preconceitos que comprometam o princípio da igualdade diante da lei.”

O professor Hélio Santos não acredita também que haja muita perspectiva quanto à proposta da Comissão de Estudos Constitucio-

nais para o estabelecimento da jornada semanal de 40 horas para o trabalhador.

“A Constituinte não deverá ter o nível de avanço político-social que a sociedade brasileira reclama hoje”, diz Hélio Santos. “Não há dúvida de que o Brasil não terá uma Constituição socialista, e, assim, a livre iniciativa continuará a ter um papel expressivo na economia brasileira.” Ele cita o exemplo não só da China, mas também de países como Angola que estão abrindo algumas fatias de sua economia para a livre iniciativa, “mas países como o nosso em que há uma tradição forte da livre iniciativa, onde é preciso que haja um equilíbrio, repito, entre o capital e o trabalho”.

“Há dois Brasis: um rico, moderno, industrializado, com a oitava economia do mundo. E outro que é a 84ª nação do mundo em concentração de renda. Essa disparidade é que tem de ser enfrentada com realismo”, observa ainda o professor.

### “É difícil”

O professor Cândido Mendes de Almeida, outro integrante do grupo presidido por Afonso Arinos, diz que “a comissão chegou a uma visão progressista, mas não socialista”.

“É difícil, entretanto, que este tipo de avanço venha a se consagrar na Assembléia Constituinte. Tudo faz crer que ela refletirá o choque entre segmentos altamente defensores de um status quo e setores progressistas mais tendentes a assumir uma proposta de mudança dentro do cenário da Constituinte”.

Cândido Mendes argumenta que o grau de consenso ora alcançado pela Comissão de Estudos Constitucionais não servirá apenas como um conjunto de propostas alternativas ao alinhamento dos programas dos partidos — “poderá, na verdade, poupar o trabalho dos constituintes”.

O procurador-geral da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, um dos mais atuantes integrantes da comissão, diz que alguns dos seus textos aprovados darão “uma contribuição da mais alta valia para os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, justificando plenamente a inspiração de Tancredo Neves, confirmada pelo ato do presidente Sarney de criá-la”.

“A comissão é hoje, na verdade, o instrumento principal, eu quase diria único, em termos de repercussão nacional, de debate para a Constituinte, o que é fundamental para dar legitimidade à Constituição a ser elaborada pelos representantes do povo.”

Sobre o perfil do anteprojeto de Constituição que a comissão está delineando, sustenta o procurador-geral: “Eu vejo uma preocupação de democracia social efetiva e de modernização, de resposta a demandas contemporâneas de um grande Estado, de um Estado necessariamente agigantado, e, de outro lado, com salvaguardas a liberdades públicas”.